



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 031/2018 - UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

**NÍVEL E (Nível Superior)  
SOCIÓLOGO**

**13 de maio de 2018**

**Nome:** \_\_\_\_\_ **Nº de Inscrição:** \_\_\_\_\_

**BOLETIM DE QUESTÕES**

**LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.**

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo Conhecimentos Básicos - 10 de Língua Portuguesa e 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D) e (E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 Somente será permitido ao candidato levar o seu Boletim de Questões, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 11 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14h30min e término às 18h30min**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 12 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

## LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

### Reencarnação

1 Em sua última vida (ao menos das que tivemos notícia), Peter Hulme era um simples funcionário  
2 de bingo em Birmingham, Inglaterra. No entanto, ele vivia às voltas com um sonho recorrente e dramático:  
3 nele, soldados que pareciam vindos do passado atacavam um castelo sempre inacessível. Hulme não  
4 nutria maior interesse por história e jurava não ter ideia da origem de suas visões. Em busca de uma  
5 resposta, nos anos 90, submeteu-se a sessões de hipnose. O resultado foi inusitado: concluiu que também  
6 tinha sido John Raphael, soldado escocês servindo a certo capitão Leverett na Escócia do século 17.

7 Parecia uma fantasia, mesmo porque inexistiam registros históricos de uma batalha na região e  
8 nas circunstâncias descritas por Hulme. Investigando por conta própria, ele e seu irmão Bob encontraram  
9 indícios da existência do castelo e, empolgados, resolveram viajar à Escócia em busca de provas. Contra  
10 todas as expectativas, recuperaram resquícios de batalha no local apontado por Hulme – e, mergulhando  
11 em documentos antiquíssimos, acharam documentos que comprovam a existência de um capitão Leverett  
12 e do próprio John Raphael. Com base nesses indícios, Peter Hulme afirmou até o fim da vida que suas  
13 memórias eram genuínas e ele era, de fato, a reencarnação de um soldado escocês. O caso de Hulme não  
14 está acima de dúvidas: historiadores apontam inconsistências e contradições nas memórias do suposto  
15 reencarnado. Mas o relato ilustra uma situação que ainda intriga a ciência: pessoas que juram recordar  
16 experiências de vidas passadas, em detalhes às vezes desconcertantes para os cientistas.

17 A ideia de uma consciência que sobrevive à morte e reencarna em novos corpos é quase tão antiga  
18 quanto a fé em divindades e surgiu de forma independente em inúmeras culturas ao redor do planeta. De  
19 todos os cantos do globo, encontrou na Ásia o terreno mais fértil. A ideia está tão arraigada nas crenças  
20 hinduístas e budistas que, em lugares como Índia e Sri Lanka, a reencarnação é vista como algo quase  
21 natural. Não é à toa que surgem de lá muito dos casos considerados mais sólidos pelos pesquisadores do  
22 tema – como o de Swarnlata Mishra, que desde os 3 anos recordava com riqueza de detalhes a vida de  
23 outra pessoa, chamada Biya e morta quase uma década antes.

24 A naturalidade com que Swarnlata tratava os integrantes de sua “outra” família, ao ponto de  
25 mencionar apelidos íntimos de gente que não conhecia pessoalmente, fez com que o caso virasse um  
26 clássico e deixa pesquisadores coçando a cabeça até hoje. Mesmo no mundo ocidental, uma boa parcela  
27 da população acredita em reencarnações, um interesse que aumentou em alguns países após o surgimento  
28 do espiritismo na França do século 19. Na Europa Ocidental, dados de 2006 apontam que 22% pensam  
29 que a reencarnação é uma realidade, enquanto nos EUA pesquisas falam em 20 a 25% de crença em vidas  
30 passadas. Nas cidades do Ocidente, em especial no Brasil, a doutrina espírita tem grande penetração, e  
31 manifestações religiosas recentes, como a cientologia, também levam as vidas passadas como parte de  
32 suas crenças.

33 A postura da ciência diante disso tudo é de ceticismo. A maioria dos cientistas trata os relatos de  
34 vidas passadas como frivolidades, frutos de autoindução ou fraudes. Além disso, não existe nenhum indício  
35 científico de que a “alma” exista ou de que ela possa sobreviver à morte do corpo (ela existiria de que forma  
36 entre uma encarnação e outra?). Mas é claro que alguns pesquisadores pensam diferente. Um dos mais  
37 destacados foi o psiquiatra Ian Stevenson, que dedicou mais de 40 anos ao estudo de quase 3 mil relatos  
38 de crianças ao redor do mundo. De acordo com Stevenson, a maioria das recordações infantis sobre vidas  
39 passadas envolve mortes violentas, com relatos iniciando entre 2 a 4 anos e quase sempre desaparecendo  
40 antes da adolescência. Ele também estudou sinais de nascença e tumores, dizendo que podiam relevar  
41 ferimentos sofridos em vidas anteriores. Em um estudo de 1992, Stevenson cita 49 casos onde foram  
42 localizados documentos médicos de pessoas que as crianças diziam ter sido em vidas anteriores. De  
43 acordo com o pesquisador, a correspondência entre ferimentos mortais e sinais físicos nos supostos  
44 reencarnados seria no mínimo satisfatória em 43 desses casos, 88% do total. No entanto, o próprio  
45 Stevenson admitia uma grave lacuna: seus estudos não mostram como seria possível uma consciência  
46 sobreviver à morte física e ingressar no corpo de outra pessoa. Seus livros são alvos de muitas críticas,  
47 que vão desde análise tendenciosa dos dados até uso de fontes não confiáveis, que já acreditavam em  
48 reencarnação antes dos supostos casos na família. Ou seja, não existiria evidência de reencarnação além  
49 de depoimentos dos próprios reencarnados ou de indícios que, mesmo intrigantes, podem ser meras  
50 coincidências.

51 Mas alguns aspectos de supostas vidas passadas ainda são desconcertantes para a ciência. É o  
52 caso, por exemplo, da xenoglossia, uma capacidade súbita que algumas pessoas manifestam de falar, com  
53 diferentes graus de fluência, línguas que deveriam desconhecer. Um dos casos mais marcantes é o de Iris  
54 Farczády, uma húngara de 16 anos que, no ano de 1933, passou a agir como uma espanhola de 41 anos  
55 chamada Lucía, morta anos antes. A suposta reencarnada esqueceu o húngaro natal e passou a falar  
56 espanhol fluente, nunca mais recuperando sua personalidade anterior. O caso está registrado no livro

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

57 *Paranormal Experience and Survival of Death* (“Experiência paranormal e sobrevivência da morte”, sem  
58 tradução para o português), de Carl Becker, professor de ética médica da Universidade de Kyoto. Para a  
59 maioria dos cientistas, a história de Iris (ou Lucía) não passa de mais um caso de almanaque, mas há quem  
60 acredite que a comprovação científica da xenoglossia seria a prova definitiva de que a reencarnação é uma  
61 realidade. É viver (uma ou mais vezes) para crer.

NATUSCH, Igor. *Reencarnação. Dossiê Superinteressante - Sobrenatural: o lado oculto da realidade.*

Edição 383-A, dez. 2017.

- 1 O texto de Igor Natusch aborda a “reencarnação” sem, contudo, se comprometer com a sua existência. Verifica-se esse fato em trechos como
- (A) “*Hulme não nutria maior interesse por história e jurava não ter ideia da origem de suas visões.*” (linhas 3 e 4)  
(B) “*De todos os cantos do globo, encontrou na Ásia o terreno mais fértil.*” (linhas 18 e 19)  
(C) “*Mesmo no mundo ocidental, uma boa parcela da população acredita em reencarnações...*” (linhas 26 e 27)  
(D) “*Nas cidades do Ocidente, em especial no Brasil, a doutrina espírita tem grande penetração...*” (linha 30)  
(E) “*Mas alguns aspectos de supostas vidas passadas ainda são desconcertantes para a ciência.*” (linha 51)
- 2 Em relação à ciência, infere-se da leitura do texto que
- (A) todos os cientistas duvidam da existência da reencarnação.  
(B) nenhum cientista se dedica a pesquisar esse assunto.  
(C) todos os fatos alegados como prova da reencarnação são passíveis de serem refutados pela ciência.  
(D) os indícios de vidas passadas, como sinais de nascença e tumores, são provas científicas da reencarnação.  
(A) a xenoglossia é prova definitiva de que a reencarnação é uma realidade.
- 3 De acordo com o texto, a crença em reencarnação
- (A) é recente na história da humanidade.  
(B) é rejeitada por hinduístas e budistas.  
(C) não encontrou espaço no mundo ocidental.  
(D) é antiga e surgiu de forma independente em diferentes culturas.  
(E) apareceu com o surgimento do espiritismo na França do século 19.
- 4 A palavra que, no texto, pode ser substituída por **enraizado/a (s)** sem prejuízo para o significado é
- (A) recorrente (linha 2).  
(B) fértil (linha 19).  
(C) arraigada (linha 19).  
(D) genuínas (linha 13).  
(E) físicos (linha 43).
- 5 O trecho “*Contra todas as expectativas, ...*” (linhas 9 e 10) leva a compreender que
- (A) as provas encontradas por Hulme frustraram os espectadores.  
(B) os achados de Hulme foram de encontro ao que se podia esperar.  
(C) as provas encontradas por Hulme eram falsas.  
(D) o resultado da investigação de Hulme foi ao encontro do que era esperado.  
(E) as descobertas de Hulme estão acima de qualquer suspeita.
- 6 No trecho “*A postura da ciência diante disso tudo é de ceticismo.*” (linha 33), o termo *ceticismo* significa
- (A) crítica.  
(B) indiferença.  
(C) comprometimento.  
(D) certeza.  
(E) dúvida.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 7 Peter Hulme afirmava ter sido, em vida passada, um/a
- (A) funcionário de bingo.
  - (B) soldado escocês.
  - (C) húngara de 16 anos.
  - (D) capitão escocês.
  - (E) espanhola de 41 anos.
- 8 Há quem acredite que, para comprovar cientificamente a existência da *reencarnação*, a ciência precisaria
- (A) refutar a afirmação de que a alma existe e pode sobreviver à morte do corpo.
  - (B) mostrar que as visões de Peter Hulme eram pura fantasia.
  - (C) provar que as recordações de Swarnlata Mishra eram falsas.
  - (D) mostrar que a correspondência entre ferimentos mortais e sinais físicos nos supostos reencarnados é insatisfatória.
  - (E) comprovar que os casos de *xenoglossia*, como o de Iris Farczády, são verdadeiros.
- 9 Em relação ao aumento de interesse pela reencarnação no mundo ocidental, é correto afirmar que
- (A) decorre do desenvolvimento da cientologia.
  - (B) ocorreu após o surgimento do espiritismo na França.
  - (C) foi ocasionado pela implantação do espiritismo no Brasil.
  - (D) se deu em razão do aumento de crenças em vidas passadas nos EUA.
  - (E) ocorreu em todos os países, uma vez que a reencarnação é vista como algo natural.
- 10 A expressão idiomática *coçando a cabeça*, que aparece no trecho “*deixa pesquisadores coçando a cabeça até hoje*” (linha 26), informa que os cientistas
- (A) continuam duvidando da existência da reencarnação.
  - (B) continuam intrigados com o caso de Swarnlata.
  - (C) consideram impossível comprovar os relatos de Swarnlata.
  - (D) comemoram os resultados das pesquisas sobre reencarnação.
  - (E) ficam surpresos até hoje diante da naturalidade dos relatos de Swarnlata.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a vacância do cargo público dar-se-á por
- (A) I – exoneração; II – demissão; III – readaptação; IV – aposentadoria; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
  - (B) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; VI – posse em outro cargo inacumulável; e VII – falecimento.
  - (C) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
  - (D) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – falecimento.
  - (E) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – posse em outro cargo inacumulável.
- 12 Contempla a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que a remoção é o deslocamento do servidor,
- (A) a pedido, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
  - (B) de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
  - (C) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
  - (D) a pedido ou de ofício, não obrigatoriamente no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
  - (E) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com mudança de sede, exclusivamente.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 13 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da licença por motivo de doença em pessoa da família e para tratar de interesse particulares, outras licenças também poderão ser concedidas ao servidor:
- (A) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação; e V – para desempenho de mandato classista.
  - (B) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para atividade política; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
  - (C) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
  - (D) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; e IV – para desempenho de mandato classista.
  - (E) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação.
- 14 Além de ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, e retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição, conforme determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, existem outras proibições, tais como:
- (A) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII - guardar sigilo sobre assunto da repartição.
  - (B) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
  - (C) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
  - (D) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
  - (E) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 15 Em conformidade com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é vedado ao servidor público:
- (A) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; VIII – iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos; dentre outros.
- (B) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos.
- (C) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- (D) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem.
- (E) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

- 16 Além da advertência, suspensão e demissão, de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, existem outras penalidades disciplinares, como:
- (A) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade; e II – destituição de cargo em comissão.
  - (B) I – destituição de cargo em comissão; e II – destituição de função comissionada.
  - (C) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade; e II – destituição de função comissionada.
  - (D) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
  - (E) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade; II – destituição de cargo em comissão; e III – destituição de função comissionada.
- 17 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Para fins deste Decreto, são instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:
- (A) I – plano bianual de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; tão-somente.
  - (B) I – plano trianual de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
  - (C) I – plano semestral de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
  - (D) I – plano anual de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
  - (E) I – plano mensal de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
- 18 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dentre outras finalidades, este Decreto contempla o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento, que terá por objetivo:
- (A) I – contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; e II – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública, somente.
  - (B) I – contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; e II – capacitar o servidor para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE, somente.
  - (C) I – contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; II – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e III – capacitar o servidor para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE.
  - (D) I – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e II – capacitar o servidor para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE, somente.
  - (E) I – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e II – capacitar o servidor técnico-administrativo, docente, discente e integrantes da comunidade circunvizinha, para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 19 De acordo com a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências, para todos os efeitos desta Lei, aplicam-se os seguintes conceitos:
- (A) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; IV – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; V – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; e VI – ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal, exclusivamente.
- (B) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; IV – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; V – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; VI – ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal; e VII – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados.
- (C) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; IV – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; V – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; e VI – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados, exclusivamente.
- (D) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; IV – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; V – ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal; e VI – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados, exclusivamente.
- (E) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; III – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; IV – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; V –



**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal; e VI – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados, exclusivamente.

- 20 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. No atendimento aos usuários dos serviços públicos, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes práticas:
- (A) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos congêneres; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.
  - (B) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; e II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos, exclusivamente.
  - (C) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; e II – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente, exclusivamente.
  - (D) I – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e II – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente, exclusivamente.
  - (E) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – sem a necessidade de padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

- 21 A respeito da análise dos processos sociais feita por Karl Marx, é correto afirmar que a(as)
- (A) intensificação da exploração capitalista levará ao colapso da classe trabalhadora, cuja fragmentação a impedirá de tornar-se protagonista do processo revolucionário.
  - (B) mudanças sociais são precedidas de mudanças nas mentalidades de uma determinada época.
  - (C) luta de classes tem como consequência o aparecimento da consciência de classe.
  - (D) continuidade da divisão da sociedade em classes tem como pressuposto a eliminação da propriedade privada.
  - (E) divisão da sociedade em classes antagônicas as torna também complementares.
- 22 Sobre o conceito de relações de produção em Karl Marx, é correto afirmar que
- (A) homens e mulheres se organizam para viver em sociedade com base em similaridades culturais e na divisão igualitária da propriedade.
  - (B) o conjunto das relações de produção constitui a estrutura econômica que dá suporte à luta do trabalhador contra a exploração.
  - (C) corresponde ao grau de desenvolvimento e à forma como interagem as forças produtivas materiais de uma determinada época.
  - (D) a tecnologia e a matéria-prima constituem exemplos de relações de produção presentes no capitalismo.
  - (E) as relações de produção novas e superiores precedem o aparecimento das condições concretas de sua existência na sociedade.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 23 Quanto ao conceito de alienação na sociedade capitalista, proposto por Karl Marx, é correto afirmar:
- (A) As pessoas têm consciência das desigualdades sociais e compreendem suas causas, só não dispõem de meios concretos para mudá-las.
  - (B) É uma condição em que as pessoas são dominadas por forças da sua própria criação, passando a encará-las como um poder estranho.
  - (C) É uma inversão da realidade na medida em que interesses da sociedade em geral são tomados como interesses de grupos específicos.
  - (D) A sociedade urbano-industrial, com seu processo crescente de divisão do trabalho e de complementariedade de funções, promove a redução gradativa da alienação.
  - (E) A diversidade de instituições políticas e jurídicas tem o papel de neutralizar o predomínio dos interesses da classe dominante.
- 24 De acordo com o constructo teórico de Karl Marx:
- (A) a escola, o direito e a religião são infraestruturas ideológicas voltadas à manutenção da estabilidade social.
  - (B) a maneira como os indivíduos se organizam para prover a sua existência estabelece a superestrutura de distribuição do poder na sociedade.
  - (C) no capitalismo, a escola é apropriada pela classe trabalhadora como instrumento de luta para sua desalienação.
  - (D) quando as pessoas são alienadas, acreditam que há uma equivalência entre a definição formal das instituições e o que elas efetivamente realizam.
  - (E) quando se torna independente da sociedade, o Estado mantém explícita sua relação com a economia.
- 25 A relação de Karl Marx com a questão da propriedade tem contornos bem específicos: A respeito desses contornos, é correto afirmar que
- (A) a propriedade privada quando produtiva cumpre o seu papel social e por esse motivo deve ser protegida pelo Estado.
  - (B) o lucro é uma consequência natural do empreendedor que investe os bens e os recursos que lhe pertencem, e que tem que ser remunerado por isso.
  - (C) no capitalismo o trabalho é dono de sua força de trabalho e do conjunto da tecnologia envolvida na produção. Todavia, não é proprietário da matéria-prima nem do resultado final produzido.
  - (D) ao garantir a propriedade privada como forma legítima, o Estado estabelece equilíbrio e segurança nas relações sociais.
  - (E) Marx prevê o fim do Estado e conseqüentemente o colapso de toda e qualquer forma de propriedade, inclusive da propriedade estatal.
- 26 Sobre a dinâmica das mudanças sociais, está de acordo com o pensamento de Karl Marx afirmar que
- (A) a sociedade é formada por forças antitéticas que geram mudança social através das suas tensões e lutas.
  - (B) as transformações que ocorrem na base econômica da sociedade só afetam de modo residual e restrito o funcionamento das instituições sociais.
  - (C) a organização das atividades econômicas, leva à divisão do trabalho, que fortalece a consciência coletiva.
  - (D) as classes antagônicas, por não conseguirem construir consensos, perdem a condição de atores principais da história.
  - (E) devido à dominância intelectual da elite, as classes oprimidas não podem criar ideologias contrárias para combater as classes dominantes.
- 27 Em relação à sociologia durkheimiana, está correto atribuir-lhe a seguinte noção:
- (A) A sociedade é para seus membros o que um Deus é para os seus fiéis, pois Ele nada mais é do que a divinização do social.
  - (B) As classificações sociais e mentais não são unificáveis porque constituem realidades de naturezas diferentes.
  - (C) Os elementos do pensamento lógico são os precursores das práticas e da experiência social.
  - (D) Religião e Ciência são formas de interpretar o mundo que tiveram origens diferentes, daí por que se utilizam de pressupostos distintos.
  - (E) Categorias como tempo, espaço, quantidade e qualidade são construídas individualmente e só em estágios posteriores são assumidas pela coletividade.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 28 A respeito da noção de anomia presente no pensamento durkheimiano, é correto afirmar que
- (A) em uma situação de anomia os controles sociais formais são enfraquecidos e o único poder que consegue exercer a regulação do comportamento dos indivíduos é o controle social informal exercido pelo Estado.
  - (B) as crises econômicas levam à anomia, enquanto um aumento brusco de poder e de fortuna preserva a capacidade de coação da sociedade e evita a sua desintegração.
  - (C) liberdade absoluta e imune de qualquer regulamentação social é um fator precursor da superação da condição anômica.
  - (D) quando a sociedade é perturbada seja por uma crise dolorosa ou por transformações felizes, mas demasiadamente súbitas, fica incapaz de exercer seu poder de coação sobre os indivíduos.
  - (E) a condição anômica é enfraquecida devido às paixões estarem mais disciplinadas no momento em que necessitariam de uma disciplina menos forte.
- 29 Quanto à integração do indivíduo à sociedade, de acordo com Durkheim, é correto afirmar que
- (A) o decrescimento e a falta de densidade populacionais geravam um aumento da densidade moral, indutora de uma crescente complexidade normativa.
  - (B) a atividade coletiva que denominamos de sociedade, embora seja extremamente complexa, pode ser expressa integralmente à maneira de órgãos estatais.
  - (C) a presença de instituições sólidas e confiáveis gera um vazio capaz de comprometer a saúde do organismo social por suprimir a iniciativa individual.
  - (D) entre o Estado e os indivíduos se intercala toda uma série de instituições mais próximas deles para os atrair à sua esfera de ação e os arrastar para a corrente geral da vida social.
  - (E) nas sociedades capitalistas contemporâneas o poder coercitivo da consciência coletiva se torna mais fortalecido devido à interdependência e à regulamentação das relações formais.
- 30 Quanto às noções contidas no pensamento de Emile Durkheim, é correto afirmar:
- (A) Os fatos sociais são coisas e por isso devem ser tratados como objetos materiais.
  - (B) O estudo dos fatos sociais deve ser abordado a partir do princípio de que se ignora completamente o que são, e de que suas propriedades características, assim como as causas desconhecidas de que estas dependem, podem ser descobertas por introspecção.
  - (C) A síntese *sui generis* que constitui toda a sociedade desenvolve fenômenos semelhantes àqueles que se passam nas consciências individuais.
  - (D) A coerção social decorre do prestígio de que estão investidas certas representações coletivas, pois estas agem sobre os indivíduos a partir do próprio indivíduo e somente num estágio posterior se tornam crenças e práticas sociais.
  - (E) As representações coletivas traduzem a maneira pela qual o grupo enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam.
- 31 Em relação à perspectiva teórica de Émile Durkheim, é correto afirmar:
- (A) A especialização contida na divisão do trabalho supõe que o trabalhador deve ficar restrito a sua tarefa sem interagir com seus colaboradores, e sem receber sua ação.
  - (B) A divisão do trabalho só produz consequências desagradáveis sob circunstâncias anormais e não em virtude de uma necessidade de sua natureza.
  - (C) A punição é uma reação social ao crime que tem um caráter essencialmente educativo, pois visa promover a reintegração do infrator à sociedade.
  - (D) As sociedades mudam a base de sua solidariedade social passando de um perfil mais complexo e diferenciado para um perfil mais simples.
  - (E) Os sistemas sociais evidenciam os sistemas de ideias cujos valores, crenças e normas ampliam os limites dos pensamentos e ações dos indivíduos.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 32 Uma noção contida no pensamento de Max Weber, é que
- (A) a ação social se orienta pelas ações dos outros, que podem ser passadas, presentes ou esperadas como futuras.
  - (B) os outros cujas ações orientam a ação social são individualizados e conhecidos, não podendo ser indeterminados nem desconhecidos.
  - (C) toda espécie de ação entre pessoas é de caráter social, pois toda ação de alguém influencia a conduta de outros.
  - (D) o simples fato de alguém aceitar para si determinada atitude apreendida em outros e que parece conveniente para seus fins configura uma ação social.
  - (E) toda ação social é racional, independentemente das causas que a produzem.
- 33 Em relação à orientação da ação no pensamento de Max Weber, é correto afirmar que
- (A) uma ação social não pode simultaneamente ser considerada racional em relação a fins e a valores.
  - (B) age de modo estritamente em relação a fins quem, sem considerar as consequências previsíveis, se comporta segundo suas convicções.
  - (C) a relação social se caracteriza pela probabilidade de que uma determinada forma de conduta social tenha seu sentido partilhado.
  - (D) a ação em relação a valores é aquela orientada de acordo com o nexó racional que vincula os meios aos fins.
  - (E) a relação social é efêmera, não tem continuidade e não persiste no decorrer do tempo.
- 34 Assinale a afirmativa correta.
- (A) Para Weber, a racionalização da vida moderna tem relação direta com o estilo de vida oriental, uma vez que primeiramente surgiram formas incipientes de capitalismo na Índia e na China.
  - (B) Só foi possível ao capitalismo tornar-se a força mais decisiva na vida humana por ter surgido em um contexto pouco racionalizado ao qual pôde impor a sua lógica.
  - (C) A defesa da objetividade em Weber decorre de sua concepção de que a realidade empírica é, na sua plenitude, inesgotável e infinita, o que implica problematizar qualquer observação.
  - (D) Weber demonstrou bastante otimismo em relação à racionalização, particularmente no caso da ciência, que produziu um encantamento fundamental para o mundo.
  - (E) Com o reencantamento do mundo produzido pela racionalidade moderna, surgem novas formas de investigar o sentido das objetividades, principalmente a objetividade da própria ciência.
- 35 Quanto aos fundamentos propostos por Max Weber, vinculados à noção de tipo ideal, é correto afirmar:
- (A) Uma vez construído um tipo ideal, ele passa a servir como parâmetro a todas as pesquisas posteriores sobre o mesmo tema.
  - (B) O tipo ideal é uma construção mental, feita na cabeça do investigador. Ele é um exagero que obrigatoriamente deve corresponder a uma realidade da vida prática.
  - (C) O tipo ideal é uma construção conceitual que visa estabelecer um parâmetro de comparação do que seria uma sociedade perfeita.
  - (D) Por tratar-se de uma construção conceitual, subjetiva, feita pelo pesquisador, o tipo ideal não permite uma análise objetiva da realidade.
  - (E) Os tipos ideais cumprem duas funções principais: selecionar explicitamente a dimensão do objeto que será analisada e apresentar essa dimensão de uma forma pura, despida de suas nuances concretas.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 36 Sobre as noções ligadas ao conceito de racionalização em Max Weber, é correto afirmar que
- (A) a dominação racional-burocrática envolve um processo de neutralização do avanço da secularização nas instituições sociais.
  - (B) Weber via a desumanização prosperar num mundo em que a liberdade está em risco diante da excessiva burocratização.
  - (C) a racionalidade de uma organização é medida pelo grau com que possibilita e assegura a ação racional com respeito a valores de seus membros.
  - (D) o invólucro racional-burocrático da sociedade moderna tende a conduzir o processo social rumo a uma situação de anomia.
  - (E) na sociedade moderna a legalidade formal perde cada vez mais a sua condição de fundamento da legitimidade do Estado.
- 37 Quanto às reflexões de teóricos vinculados à Teoria Crítica, é correto atribuir-lhes a seguinte noção:
- (A) A indústria cultural se opõe ao processo de racionalização da cultura ao proporcionar liberdade e da diversidade de acesso aos bens culturais.
  - (B) A cultura é transformada em mercadoria formando uma indústria que, com base na racionalidade técnico-industrial, planeja, fabrica e distribui bens de consumo culturais.
  - (C) A indústria cultural, ao popularizar as diversas manifestações culturais, tende a neutralizar a homogeneização das relações sociais.
  - (D) Cultura de massa é um conceito que designa um tipo de manifestação construída de forma espontânea no seio da sociedade.
  - (E) A razão positivista torna-se excessivamente crítica e com isso perde sua capacidade de compreender o papel da cultura na sociedade.
- 38 Os pensadores da Escola de Frankfurt, Adorno e Horkheimer, prognosticam a tendência do destino da humanidade ao que chamam de razão instrumental, segundo a qual o(a)
- (A) sociedade moderna caminha em um processo de massificação e reificação que daria ensejo a movimentos sociais mais fortes e atuantes.
  - (B) solução para a superação da crise da racionalidade moderna seria a razão deixar de ser reflexiva.
  - (C) formalismo lógico e o instrumentalismo fariam surgir fenômenos abomináveis, como o extermínio de grupos étnicos e pobres.
  - (D) racionalidade moderna seria responsável por maior integração social na medida em que aumenta exponencialmente a produção e universaliza a possibilidade de consumo.
  - (E) processo de racionalização da produção de bens materiais e culturais levaria ao multiculturalismo e à revalorização das tradições.
- 39 Alain Touraine define movimento social como a combinação de três princípios: de identidade, de oposição e de totalidade. A respeito da forma como este autor discute a questão da identidade, é correto afirmar que
- (A) o princípio de identidade é a definição do ator por ele mesmo e um movimento social pode se organizar mesmo que esta definição não seja consciente.
  - (B) é o consenso que constitui o ator social, por isso é natural que o ator se defina, inicialmente em termos organizacionais ou institucionais.
  - (C) é o movimento social e o ator histórico que definem a prática das relações sociais.
  - (D) a consciência de identidade faz parte da definição de uma classe ou de uma força social de classe.
  - (E) as classes podem ser definidas em termos das relações sociais que cada indivíduo mantém com o grupo ao qual pertence, sem precisar necessariamente de adversário social.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 40 A respeito do “princípio de oposição”, um dos princípios que, segundo Alain Touraine, caracterizam os movimentos sociais, é correto afirmar que
- (A) a dimensão do conflito, embora seja uma etapa fundamental, torna-se desagregadora ao longo do tempo porque leva ao desengajamento progressivo.
  - (B) o agente se constitui enquanto sujeito dos movimentos sociais a partir de suas vinculações formais às organizações representativas.
  - (C) mesmo em um conflito de alcance limitado o ator se sente confrontado com uma força social geral na medida em que questiona orientações gerais da vida social.
  - (D) os movimentos sindicais se constituem nos principais sujeitos dos movimentos sociais contemporâneos.
  - (E) quando o movimento social recorre às instituições do Estado para que este sirva como árbitro de conflitos significa o compromisso de abrir mão da utilização do uso da força.
- 41 O redimensionamento do papel do Estado a partir dos anos 1980 fez surgir um novo contexto social marcado pelo(a)
- (A) aparecimento de novos atores sociais, não vinculados diretamente às formas tradicionais de luta política.
  - (B) diminuição da produtividade provocada pelo fim do *Welfare State* e pela redefinição dos padrões de trabalho e de produção.
  - (C) redução da atuação dos grupos ativistas de direitos civis e ambientais que tiveram suas ações substituídas pelas redes sociais.
  - (D) fim dos movimentos nacionalistas e redução dos conflitos ambientais em decorrência da assinatura de tratados internacionais.
  - (E) aumento da capacidade de o Estado Nacional resolver seus problemas no interior de suas fronteiras devido às novas tecnologias de comunicação e informação.
- 42 Assinale a alternativa que expressa a concepção da sociologia no século XIX em relação às ciências naturais.
- (A) A sociedade não pode ser estudada por métodos objetivos de observação, experimentação e comparação porque possui leis diferentes das que existem no restante da natureza.
  - (B) Quando do surgimento da sociologia no século XIX, competem entre si dois paradigmas: o da certeza e o da incerteza. A sociologia desde o início inclinou-se para o da incerteza.
  - (C) O progresso é inevitável, embora seja gradual, lento e pode ter sua velocidade alterada por reformas de longo alcance.
  - (D) O processo evolutivo não é o mesmo em todas as dimensões da existência, uma vez que o mundo social e o mundo material são realidades opostas.
  - (E) A evolução faz com que haja uma tendência ao desequilíbrio contínuo que gera as transformações na relação entre o indivíduo e a sociedade.
- 43 O clima intelectual do século XIX tentava estabelecer as possibilidades e os limites da ciência no desenvolvimento do processo histórico. A este respeito, é correto afirmar que
- (A) havia a convicção de que com métodos adequados seria possível antever o futuro da humanidade; bastava apenas que se descobrissem as leis do seu funcionamento e de sua evolução.
  - (B) acreditava-se que era possível construir uma sociedade harmônica, desde que houvesse uma maior distribuição de renda na sociedade.
  - (C) os métodos de intervenção social visavam transformar a sociedade futura, uma vez que as estruturas presentes estavam consolidadas e não haveria meios capazes de alterá-las.
  - (D) havia a noção clara e unânime de que os problemas sociais eram essencialmente a multiplicação de conflitos individuais.
  - (E) havia a crença de que através de uma racionalidade discursiva se poderia chegar a consensos que levariam à resolução dos conflitos sociais.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 44 Assinale o fator que compõe o quadro em que se desenvolveu a sociologia na Europa do século XIX.
- (A) A produção de objetos manufaturados aumentou consideravelmente, graças à máquina e às novas fontes de energia, novos materiais e diferentes modos de fabricação.
  - (B) Os bens produzidos, agrícolas e industriais, são amplamente e facilmente distribuídos, em especial por meio de rodovias e da navegação movida por combustíveis fósseis.
  - (C) A expectativa de vida diminuiu porque a urbanização, juntamente com a concentração de pessoas nas cidades, facilitou a disseminação de epidemias.
  - (D) A ciência deixa de ser considerada um modo desinteressado de construir conhecimento e se concentra na tentativa de resolver problemas abstratos, que até então os métodos científicos tradicionais não haviam conseguido abordar.
  - (E) O progresso da ciência chegou acompanhado de problemas sérios no plano social, como a maior distribuição de renda, que levou ao consumismo desenfreado.
- 45 A sociologia surge como ciência na segunda metade do século XIX, apoiada numa concepção de saber científico nomeada positivismo. É característica dessa concepção:
- (A) Qualquer conhecimento que priorize a utilização de métodos quantitativos era suspeito por não tratar de pessoas reais, mas apenas de entes matemáticos.
  - (B) Valorizam-se, atribuindo-lhes um grau superior de verdade, as explicações que resultem de ideias inatas.
  - (C) O conhecimento positivo relativiza a importância da experimentação, pois, devido à interferência humana, ela pode conter imprecisões.
  - (D) Acreditava-se que a utilização de métodos qualitativos faria com que houvesse mais segurança na validade dos resultados, aumentando assim a possibilidade de generalizá-los.
  - (E) A crença de que o conhecimento das leis que regem a ocorrência dos fenômenos permitiria prever os comportamentos sociais e geri-los cientificamente.
- 46 O contexto do surgimento da sociologia no século XIX envolveu diversos fatores, dentre os quais destaca-se
- (A) a evolução da estrutura urbana no século XIX, que procurou afastar os ricos dos pobres, colocando-os em espaços diferentes, longe das zonas comerciais e sedes da administração, tornando mais difíceis os tumultos clássicos e espontâneo.
  - (B) o fato de as estatísticas sobre fenômenos sociais terem passado a ser utilizadas pela burocracia estatal para planejar estratégias de diminuição da desigualdade social.
  - (C) o fato de boa parte da sociologia ter saído dos Estados Unidos e passado a ser feita na Europa, devido à eclosão da guerra civil norte-americana.
  - (D) o fortalecimento das faculdades de teologia nas universidades, que preparavam os estudantes para desempenharem funções na burocracia estatal.
  - (E) o desenvolvimento do capitalismo comercial, que levou a uma transformação política liderada pelos Estados Unidos da América, a qual não pode ignorar a importância dos fenômenos sociais.
- 47 Sobre a conceituação de movimentos sociais, é correto afirmar que
- (A) movimentos sociais são ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas.
  - (B) os movimentos sociais surgiram depois da queda do muro de Berlim, como o fim do socialismo real.
  - (C) os movimentos sociais surgiram basicamente na América Latina, lugar onde se tem o maior nível de desigualdade do mundo.
  - (D) a definição de movimento social é controversa. Todos os teóricos, sejam clássicos ou contemporâneos, possuem uma definição própria e exclusiva desse conceito.
  - (E) os movimentos sociais contemporâneos são muitos assim como as perspectivas de análise sobre eles. Mas todos aqueles que buscam entender o comportamento dos movimentos sociais partem do conceito de solidariedade mecânica de Emile Durkheim.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 48 Sobre o alcance organizativo dos movimentos sociais, é correto afirmar que
- (A) na contemporaneidade os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se dos novos meios de comunicação e informação.
  - (B) os movimentos sociais possuem características organizativas essencialmente locais. Não há nenhum deles que extrapole o limite municipal ou estadual.
  - (C) os movimentos sociais continuam como no século XIX em relação à organização política. Pelas condições organizativas precárias, não possuem condições de criar uma pauta extralocal capaz de ser acolhida pelo governo.
  - (D) o grande problema dos movimentos sociais são os faccionalismos internos, ocasionados por lutas por poder entre os dirigentes.
  - (E) todos os movimentos sociais hoje são espontâneos. Surgem como por encanto e logo desaparecem. Isso mostra a estrutura social e política neoliberal.
- 49 Sobre os objetivos dos movimentos sociais nas últimas três décadas, é correto afirmar:
- (A) Os movimentos produzem a modernização, estimulam a inovação e impulsionam as reformas políticas, sociais e culturais. Porém o objetivo do movimento não é apenas a igualdade de direitos, mas mais o direito de ser diferente, o qual é uma das mais profundas necessidades na sociedade contemporânea.
  - (B) Os movimentos sociais possuem como princípios gerais a tomada do poder político, com o objetivo de implementar uma gestão dos recursos políticos e financeiros em que as classes subordinadas ditem o caminho do Estado-nação.
  - (C) Os movimentos sociais possuem objetivos pragmáticos e localizados. Não possuem projetos para além de sanar suas deficiências imediatas, tais como a falta de alimento, terra, casa, saúde e educação.
  - (D) O único movimento social estruturado na América Latina é o Movimento Sem Terra. Ele tem uma plataforma política definida, mas enfrenta dificuldades por conta dos projetos pessoais de seus dirigentes, que também, por corrupção, são levados a esquecer do princípio da luta pela terra.
  - (E) Os movimentos sociais brasileiros são absolutamente frágeis em suas formas de organização, reivindicação e luta, principalmente pela vinculação à esquerda, a qual já não possui espaço político devido aos inúmeros casos de corrupção.
- 50 Sobre a divisão das classes sociais na contemporaneidade, é correto afirmar que
- (A) a classe trabalhadora é formada por trabalhadores desqualificados e profissionais liberais que são explorados pela burguesia industrial tal como no início da revolução industrial.
  - (B) os sociólogos concordam que a classe média é aquela que mais luta por mudanças sociais. Ela quer que a classe trabalhadora ascenda socialmente para que o mundo seja menos desigual.
  - (C) a centralidade das discussões sobre classe social está na posição ocupada pelo capitalista. Este não é mais formado pelos herdeiros das grandes fortunas, mas é essencialmente composto por quem construiu sua riqueza com esforço próprio.
  - (D) a postura assumida pelos cientistas sociais contemporâneos com relação à classe social é que Karl Marx estava absolutamente correto em suas análises. Ou seja, enfatiza-se que no capitalismo só existem duas classes em confronto: os burgueses e o proletariado.
  - (E) hoje, na perspectiva sociológica, existem três classes sociais: a classe alta, formada por aqueles que detêm a riqueza; a classe média, composta por empregados qualificados, supervisores e gerentes; e a classe trabalhadora, caracterizada pela falta de propriedade e pela dependência de salários.